



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL
(Direito à Cidade)**

**As contradições do mundo urbanizado: os impactos dos
processos de informalidade urbana e segregação
socioespacial**

Márcia Maria Cunha¹
Agnaldo de Sousa Barbosa²

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir acerca do contexto urbano brasileiro e suas contradições a partir da discussão referente aos impactos dos processos de informalidade urbana e segregação socioespacial na vida da população. Para tanto, será apresentado alguns resultados de uma pesquisa de mestrado sobre tais impactos na vida de famílias moradoras de uma ocupação informal na cidade de Bauru, interior de São Paulo.

Palavras-chave: Contradições do mundo urbanizado; Informalidade urbana; Segregação socioespacial.

Abstract: This article has the goal reflect on the Brazilian urban context and its contradictions from the discussion on the impacts of urban informality processes and socio-spatial segregation in the population's life. Therefore, some results of a master's research on such impacts on the lives of families living in an informal occupation in the city of Bauru, in the interior of São Paulo, will be presented.

Keywords: Contradictions of the urbanized world; Urban informality; Socio-spatial segregation.

¹ Assistente Social. Bolsista Capes. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Franca/SP. E-mail: marcia.cunha@unesp.br.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP de Franca. Livre-Docente em Sociologia pela Unesp. E-mail: agnaldo.barbosa@unesp.br.



1 INTRODUÇÃO

A informalidade urbana faz parte da realidade das cidades no mundo e se apresenta como um desafio complexo e urgente para a sociedade, uma vez que tal processo expõe as contradições do mundo urbanizado e demanda intervenções de diferentes políticas públicas.

Conforme os dados da ONU – Habitat (2017) existe no mundo 1,6 bilhão de pessoas vivendo em moradias inadequadas, das quais um bilhão vive em favelas e assentamentos informais.

Mike Davis (2006), ao analisar o aumento das favelas nos países em desenvolvimento ele o relaciona aos ajustes fiscais impostos a estes países desde a década de 1980 com o objetivo de reestruturar suas economias por parte de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

No Brasil, diferente de países que passaram por um processo gradativo de industrialização e, conseqüentemente, de urbanização, em um pequeno período de 60 anos, o país deixou de ser um país de população rural, a partir da década de 1950, constituindo-se num país urbano, com 84,4% de sua população residente na cidade (IBGE, 2010).

Observa-se a partir da década de 1980 um crescimento enorme da população que vive nas favelas. Durante os anos de 1980 a 1991, os domicílios urbanos no Brasil aumentaram a 3,08% ao ano, enquanto os localizados em favelas cresceram a 8,18% anuais. Entre 1991 e 2000 os domicílios totais cresceram a 0,88% anuais, enquanto os identificados nas favelas tiveram uma taxa de incremento anual de 4,18%. E, no decorrer dos anos de 2000 e 2010, a taxa de crescimento anual de domicílios foi 0,57%, enquanto a dos domicílios em favelas atingiu 6,93% (PASTERNAK; OTTAVIANO, 2016).

Com base nos dados do estudo “Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19” realizado pelo IBGE, até dezembro de 2019 havia 13.151 Aglomerados Subnormais localizados em 734 Municípios, em todos os Estados e no Distrito Federal, totalizando 5.127.747 domicílios (IBGE, 2020).

Na medida em que aumenta as taxas de urbanização no país, cresce também a população vivendo em favelas. Estima-se com a pandemia da Covid-19 e a crise econômica e sanitária instalada e, como consequência, o agravamento das expressões da questão social, que a informalidade urbana continue aumentando vertiginosamente.

Os assentamentos urbanos considerados informais e precários historicamente compõem as cidades brasileiras, sendo, para muitas pessoas, a única possibilidade de moradia, considerando a dificuldade de acesso à cidade formal. Esse fenômeno reflete as



implicações trazidas pela maneira como se deu o planejamento urbano do país, quais foram as prioridades para este setor e o papel e as ações do poder público na condução das políticas públicas para garantir o direito à habitação adequada.

As contradições do mundo urbanizado são geradas a partir de diferentes processos que se desenvolvem nas cidades. Apoiado nesta perspectiva, este trabalho se propõe a compreender como os processos de informalidade urbana e segregação socioespacial impacta nas condições de vida dos moradores do assentamento informal do Bairro Jardim Niceia, no município de Bauru/SP, tendo como base alguns resultados da pesquisa de dissertação de mestrado defendida pela autora no ano de 2020 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp de Franca – SP, conforme aprovado pelo parecer nº3.8683.030 do CEP.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1 Os processos de informalidade urbana e segregação socioespacial

A partir da pesquisa bibliográfica foi construído o referencial teórico sobre os conceitos a respeito da informalidade urbana e segregação socioespacial no mundo, no Brasil e em Bauru, ancorado na discussão dos seguintes autores: Davis (2006); Sposito e Goes (2013); Maricato (1987); Negri (2018); Bonduki (2007); Oliveira (2006); Kowarick (2000); Cardoso (2016); Villaça (2003); Caldeira (2000); Corgui (2008); Losnak (2004); e Pinheiro (2012).

Sobre os processos que ocorrem nas cidades e as tornam espaços divididos, segregados, fragmentados e diferenciados, Cardoso (2016) entende que a informalidade da produção e a precariedade da moradia apresentam-se por meio de duas situações.

A primeira acontece através de mecanismos de mercado, em que agentes econômicos, contrariando as legislações urbanísticas, comercializam terra ou unidades habitacionais sem atender aos padrões mínimos de habitualidade, a preços baixos para contemplar uma população empobrecida e com vínculos de trabalho frágeis. Como exemplo citam-se os loteamentos periféricos populares e os cortiços (CARDOSO, 2016).

A segunda situação ocorre com a ocupação espontânea, organizada ou não, de terras ou de imóveis vazios. Com a consolidação desses assentamentos, começam a funcionar mecanismos informais de mercado – compra e venda ou aluguel –, que passam a organizar parte do acesso à moradia (ABRAMO, 2003; BALTRUSIS, 2000 apud CARDOSO, 2016).

Além desses elementos apresentados para compreender o processo de informalidade urbana e a precariedade da moradia, Cardoso (2016) acresce que a tolerância do poder público contribuiu, em grande medida, para a consolidação desses processos nas cidades.



Apesar de existirem ações de remoção de favelas promovidas pelo Estado, elas não foram sempre hegemônicas; ao contrário, ao longo do tempo, percebe-se a diversidade de formas de atuar nos assentos precários.

O autor ainda explica que a permissão dada à informalidade urbana se deve à funcionalidade que ela tem no contexto de desenvolvimento político e econômico do País. Aceitar ocupações informais não permite que a população tenha a segurança da posse, o que contribui para relações de dependência com o sistema político e enfraquece a capacidade de mobilização da população pelo direito à moradia, assegurando maior autonomia aos grupos econômicos na disputa pelos recursos públicos (CARDOSO, 2016).

Em Bauru, de acordo com de acordo com registros da Prefeitura (PLANO DIRETOR, 1996 apud PINHEIRO, 2012), as primeiras favelas em Bauru passaram a ser registradas no final da década de 1980, ampliando-se na década de 1990 e se intensificando no ano de 1998, quando chegou a 1.748 barracos em 23 favelas.

Nos últimos anos, a Prefeitura de Bauru vem realizando ações para a regularização fundiária ou o reassentamento de famílias que vivem em assentamentos informais. No entanto, ainda existem em Bauru, segundo o levantamento realizado pela Secretaria de Planejamento em 2019, 32 áreas em situação de inadequação fundiária urbana (BAURU, 2020).

No que concerne à segregação socioespacial, de acordo com Castells (1978) trata-se de processo de homogeneização do conteúdo social de uma determinada área espacial que se diferencia em relação às demais, criando uma paisagem urbana segmentada e hierarquizada, com o tipo e o nível de equipamentos urbanos de acordo com a capacidade de renda dos moradores e/ou usuários desses respectivos espaços.

Neste mesmo sentido, Villaça (2003) considera que a segregação socioespacial é, antes de tudo, um processo espacial, já que as relações sociais ocorrem e se manifestam no espaço, e este, por sua vez, é construído por tais relações. Para o autor, esse processo torna-se barreira social e espacial à medida que promove dominação ou exclusão, de modo que "sempre impede ou dificulta o acesso dos segregados a algum serviço, benefício, direito ou vantagem, seja público, seja privado" (VILLAÇA, 2003, p. 2).

Acerca do processo de segregação socioespacial na cidade de Bauru, Corgui (2008) afirma que desde o começo da formação urbana de Bauru existe uma política nitidamente estabelecida pelo poder público, tanto por parte dos setores de planejamento, como por meio da Cohab, de promover de forma intencional a segregação espacial entre as camadas ou classes sociais mais ricas e mais pobres.



Uma das situações em que é possível notar a intencionalidade do Estado em promover a segregação socioespacial na cidade é apontada por Losnak (2004), quando se refere à situação de um grupo de prostitutas. O autor relata que até 1963 essas prostitutas moravam e atendiam seus clientes em área próxima ao centro da cidade. Após anos de discussões, a Câmara Municipal decidiu mudá-las para um local bem afastado da área urbanizada, tendo como justificativa a expansão e o desenvolvimento da cidade, que tornava inapropriada a continuidade dessas atividades em local tão visível.

Fundamentado nas discussões dos autores supracitados, entende-se o processo de informalidade urbana como uma das poucas alternativas de moradia à população de baixa renda na cidade, tendo em vista a escassez de políticas habitacionais, sendo também funcional para o modelo de urbanização no país baseado em baixos salários. Como segregação socioespacial considera-se todo processo desigual de uso e ocupação do solo urbano que dificulte ou impeça o acesso aos bens e serviços pela população e gere espaços de homogeneização social, de isolamento e de privatização do espaço público (CUNHA, 2020).

Após a apreensão conceitual e histórica dos processos de informalidade urbana e segregação socioespacial em diferentes escalas de análise, a pesquisadora foi a campo para compreender quais os impactos destes processos no cotidiano de pessoas que vivenciam essa realidade.

2.2 Metodologia

A presente pesquisa refere-se a um estudo exploratório de abordagem qualitativa realizada no assentamento informal do Bairro Jardim Niceia que se encontra em processo de regularização fundiária e está localizado em área particular, numa região valorizada da cidade, próxima a uma área de Preservação Ambiental e cercada de espaços residenciais fechados, de alto padrão, ocupado desde a década de 1960, compreendendo cerca de 209 famílias vivendo em condições precárias e com dificuldade de acessos a serviços públicos essenciais, tais como saúde, educação, assistência social e transporte público.

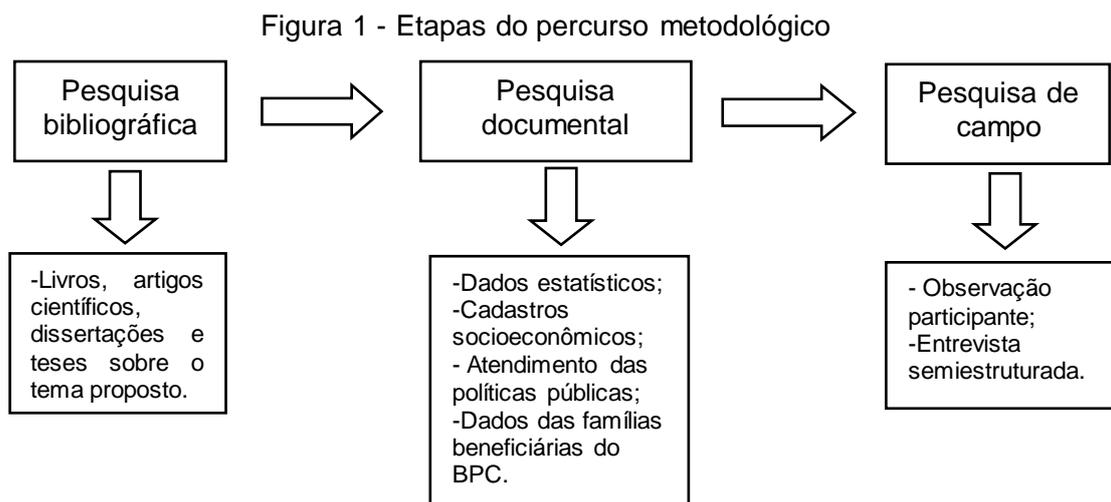
Quanto ao método de análise a pesquisa se utilizou do estudo de caso ampliado proposto por Michael Burawoy (2014) considerado como um modelo alternativo de ciência social que visa ampliar as coisas a partir do campo.

De acordo com Burawoy (2014) o estudo de caso ampliado aplica a ciência reflexiva à etnografia, buscando extrair o universal do particular, mover-se do “micro” ao “macro”, conectar o presente ao passado e antecipar o futuro, baseado em uma teoria preexistente.



Aqui as teorias existem para serem adotadas, refutadas e ampliadas a partir do campo, assim a ciência não se apresenta como uma verdade absoluta, uma vez que está em constante processo de revisão.

Para atingir o objetivo proposto na pesquisa foram utilizadas diferentes técnicas de coleta de dados visando alcançar informações mais completas e precisas sobre o objeto de estudo, o que pôde contribuir para um melhor entendimento das especificidades da realidade social, conforme apresentado na figura 1.



Fonte: Cunha, 2020.

A revisão bibliográfica deu sustentação e embasamento sobre os assuntos e conceitos relevantes ao tema proposto, por meio de livros, artigos científicos, dissertações e tese. A pesquisa documental foi realizada através do acesso a legislações nos diferentes níveis de governo; estudos estatísticos; cadastros socioeconômicos dos moradores do bairro; e informações oficiais com o poder público.

A observação participante aconteceu, inicialmente, como membro voluntário do projeto de extensão universitária da Unesp que desenvolve um jornal comunitário intitulado “Voz do Niceia”³. E depois, como participante das oficinas socioterritoriais⁴ realizadas pelo CRAS no

³ O “Voz do Niceia” é um projeto de extensão universitária do curso de Jornalismo da Unesp de Bauru que existe desde 2008. É uma ferramenta de comunicação e mediação entre a comunidade do bairro Jardim Niceia, os órgãos públicos e o restante da cidade. O projeto é constituído com as seguintes frentes: jornal bimestral impresso, o meio digital, a pesquisa científica e a produção de eventos que contribuam para se aproximar da população. Fonte: <https://vozdoniceia.wordpress.com/quem-somos/>.

⁴ As oficinas têm como objetivo iniciar o preparo e o vínculo com o território para as demais oficinas; o reconhecimento de lideranças de demandas; a análise de conjuntura para a efetivação do trabalho socioterritorial de prevenção e desenvolvimento local; a construção coletiva de oficinas através de reflexão participativa e de



bairro. Ao adentrar estes espaços a pesquisadora buscou se aproximar da realidade do bairro de forma a olhar de “dentro e de perto” o cotidiano das famílias que ali vivem, conforme proposto por Magnani (2012) em seu estudo sobre antropologia urbana.

O roteiro das entrevistas com famílias beneficiárias do BPC para levantar os impactos da informalidade urbana e da segregação socioespacial, bem como as estratégias de sobrevivência em face das desproteções sociais, foi construído de forma semiestruturada com base em Trivinõs (1987) que considera as vantagens desse formato por possibilitar o enfoque no objeto de estudo e, ao mesmo tempo, ser aberta para outros feedbacks dos participantes.

Os participantes escolhidos para as entrevistas foram os moradores que se autodeclararam responsáveis pela unidade familiar (RF) em que existe beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e para pessoas com deficiência, tendo como referência as informações sobre esses beneficiários disponibilizados pela Secretaria Municipal do Bem Estar Social (SEBES).

A opção pelos beneficiários do BPC idosos e deficientes se justifica por pelos elementos relevantes que estes grupos apresentam ao estudo, visto que além de a questão da baixa renda estar presente entre os participantes, pode haver também situações em que a mobilidade está reduzida em consequência da idade e das deficiências, fatores estes que tornam o grupo mais vulnerável aos problemas urbanos do bairro, tais como a ausência de infraestrutura, acessibilidade e equipamentos públicos, e, por isso, com maior necessidade de atenção e respostas do poder público.

Ao realizar as visitas domiciliares aos beneficiários do BPC, a pesquisadora teve muita dificuldade em localizar alguns endereços, pois algumas informações que constam nos cadastros municipais e federais não estavam de acordo com o local de residência. Isso se deve à falta de regularização do bairro, que ainda não possui nomes oficiais para todas as ruas, o que faz com que os moradores se utilizem de nomes de ruas regularizadas no bairro para receber correspondência. A pesquisadora recebeu ajuda do representante do bairro para identificar as ruas.

Diante da dificuldade para localizar os endereços e os moradores, e da ausência de alguns dados considerados importantes, como o tipo de deficiência, a pesquisadora optou por realizar as entrevistas com as primeiras famílias que foram localizadas e que aceitaram participar da pesquisa, respeitando o critério de entrevistar no mínimo uma família por rua.



As entrevistas aconteceram durante o mês de dezembro de 2019, mediante assinatura do Termo Livre e Esclarecido, e foram gravadas e transcritas literalmente. O roteiro foi constituído de 12 perguntas e aplicado em nove moradoras, sendo três do grupo de idosos e seis do grupo de pessoas com deficiência.

3 RESULTADOS E CONCLUSÕES

3.1 Apresentação e discussão dos dados

De acordo com os dados socioeconômicos coletados na SEPLAN, o perfil das famílias aponta para baixa escolaridade; maioria com mulheres como chefe de família; trabalhos menos remunerados e desemprego; e casal com filhos.

Vale salientar que no que diz respeito aos serviços essenciais, o único equipamento que existe no bairro estudado é uma escola de educação infantil. Serviços como a Unidade Básica de Saúde e Centro de Referência de Assistência Social estão localizados em outro bairro distante, sendo necessário para chegar até esses equipamentos utilizar dois ônibus ou atravessar uma rodovia por meio de uma passarela⁵ que esteve inacessível e não garantia acessibilidade durante anos após a substituição da rampa por uma escada, durante uma obra na rodovia Marechal Rondon, e caminhar por cerca de 40 minutos (RAMOS; SCAVASSA, 2018, apud CUNHA, 2020).

As questões norteadoras do roteiro da entrevista semiestruturada foram organizadas da seguinte forma: perfil socioeconômico das entrevistadas (perguntas de 1 a 6); acesso aos serviços públicos (pergunta 7); problemas que afetam o cotidiano dos moradores, advindos do processo de informalidade urbana e segregação socioespacial (perguntas 8, 9 e 10); principais problemas ou dificuldades de morar no bairro e as estratégias de sobrevivência em face das desproteções sociais (perguntas 11 e 12).

Quanto ao perfil das entrevistadas das nove participantes todas são mulheres; a maioria (cinco) idosa com mais de 60 anos; tem ocupação como dona de casa; escolaridade ensino fundamental incompleto (oito) e analfabeta (uma).

Após a realização das entrevistadas e sistematização dos dados sobre o acesso aos serviços públicos, verifica-se que os serviços de menor cobertura no bairro são os relacionados às políticas de lazer, esporte e cultura (apenas duas tem acesso). Em seguida, os da área da Assistência Social, que envolve o CRAS (cinco tem acesso), e a política urbana, que envolve o transporte público (cinco tem acesso) e a oferta de infraestrutura (quatro não

⁵ Recentemente (março de 2021), foi concluída a obra de uma nova passarela com rampa que passou a ser utilizada pelos moradores .



tem acesso ao asfalto). A seguir, o serviço da Educação (cinco tem acesso), e a cobertura deficitária foi apontada em relação à sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no bairro. O serviço da política de saúde foi o único que atendeu a todas as entrevistadas; mesmo de difícil acesso, ele foi ofertado a todas as famílias.

Quanto à situação de informalidade urbana, o impacto para a maioria das entrevistadas (sete) é a insegurança da posse, devido ao processo de regularização fundiária ainda não ter sido finalizado. As falas deixam evidente a sensação de insegurança, como se pode ver a seguir:

É o medo de perder. Da gente perder a casa. Ter que ir pra outro lugar, ter que pagar depois de tantos anos, ter que pagar aluguel ou ter que pagar terreno. Seria meio difícil eles fazerem isso com a gente, né? Porque a gente fica com o pé atrás, nunca tem a certeza que realmente a gente vai ficar aqui ou se eles vão tirar daqui. Isso dá uma boa dor de cabeça. (Moradora 8)

Quanto à forma como os problemas e dificuldades afetam a vida das entrevistadas, há relatos sobre como a falta da posse dos terrenos incidem na melhoria no imóvel, pois há o receio de perder os investimentos aplicados nas moradias, como é possível verificar na fala seguinte:

Afeta porque a gente fica com medo de construir. Já pensou fazer uma casa toda bem feitinha e depois ter que sair? Vai pra onde? E eu, no meu caso, eu vou pra onde com a minha filha? (Moradora 6).

Quanto ao processo de segregação socioespacial em que está inserida a ocupação, a maioria das entrevistadas não vê problemas em morar rodeada pelos condomínios de alto padrão; o relacionamento com os moradores desses condomínios se resume às relações de trabalho.

O principal problema do bairro apontado pela maioria (sete) foi a dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde, conforme apontado pelo seguinte relato:

O acesso à saúde é muito difícil, teria que ser mais próximo. Eu tô precisando ir no posto, mas estou sem coragem. Estou sem remédio de pressão e de ansiedade. Mas só de pensar de ir cedinho pra lá, não é fácil. (Moradora 4)

Os outros dois problemas apontados foram a falta de regularização dos lotes e falta de ponto de ônibus no bairro.

Diante da dificuldade de acesso ao serviço de saúde, devido a dificuldade de deslocamento, a principal estratégia apontada pela maioria das entrevistadas refere-se à forma como elas tornam possível este deslocamento.

Para três entrevistadas o deslocamento é realizado de forma ativa pela caminhada, mesmo com todas as dificuldades do percurso. Outras formas de deslocamento foram apresentadas por aquelas que não têm condições de caminhar, tais como: ônibus, carona, uber e carro próprio.



Há relatos relacionados às situações nas quais as entrevistadas não conseguem meios para se deslocar até os serviços públicos, especialmente àquelas que não conseguem caminhar devido a imobilidade urbana.

Quando não tenho como pagar eu não vou e perco a consulta. Às vezes a pessoa que ia levar chega na hora, não pode ir, então a gente perde. (Moradora 1).

Quando ele não consegue me levar eu não vou. O carro, ele usa pra trabalhar, e mesmo que fique aí eu não sei dirigir. Se eu vou, corro o risco de perder a vaga. E pra pegar o Uber não tem dinheiro. Se ele não trabalha, não tem dinheiro. Uma coisa complica a outra. (Moradora 6).

Para Gambinni (2019) a imobilidade urbana ao prejudicar ou impossibilitar o acesso aos direitos, pode ser entendida como uma expressão da questão social, ou seja, da desigualdade social vivenciada por significativa parcela da população

Com os relatos também tona-se explícito a condição de exilados que essas pessoas se encontram em seus próprios bairros pobres o que traz a tona a discussão de Maricato (2015) com base em Santos (1990) sobre o exílio na periferia.

3.2 Considerações finais

A escassez de moradia nas cidades impõe a muitas famílias de baixa renda a necessidade de se adaptar e de buscar “saídas” para resolver este problema. Contudo, as alternativas de morar na cidade não são acessíveis a todos, o que leva, muitas vezes, as famílias a ocupar áreas sem valor para o mercado imobiliário e a construir suas próprias casas. O assentamento informal do Jardim Niceia é um exemplo dessa realidade.

Diante dos resultados apresentado pela pesquisa, considera-se que são muitos os impactos advindos dos processos de informalidade urbana e segregação socioespacial que se impõe no cotidiano da população que reside nestes espaços e, em muitos aspectos, eles imobilizam a vida destas pessoas e impedem de realizar questões essenciais para a reprodução da vida, exigindo assim respostas urgentes de poder público.

A pesquisa também evidenciou que a falta de infraestrutura e acessibilidade impacta de forma diferenciada a vida das pessoas com mobilidade reduzida em decorrência da idade e das deficiências, o que torna o grupo mais vulnerável aos problemas urbanos do bairro. Diante dessa constatação, é necessário que o poder público invista em formas de garantir o deslocamento seguro dos moradores, assegurando assim o direito de ir e vir dessas pessoas.

O bairro estudado possui marcas expressivas do processo de informalidade urbana e de segregação socioespacial com impactos na vida das famílias, visto que a população residente apresenta carência de infraestrutura e de equipamentos urbanos, dificuldade de acesso a serviços essenciais, além de condições habitacionais precárias, sem a posse dos lotes.



Essa realidade é comum em muitas cidades espalhadas pelo mundo e se coloca como um desafio que para ser enfrentado se faz necessária a articulação das diferentes políticas públicas e a mobilização social dos diferentes atores sociais, de forma a alterar a dinâmica desigual de produção e apropriação dos espaços urbanos, com vistas à materialização do direito à cidade que, de forma mais ampla, envolve o direito a todos os benefícios urbanos construídos coletivamente pela sociedade.

Referências

BAURU. Prefeitura Municipal. **Leitura Técnica e Leitura Comunitária – PDP Bauru, 2020a**. Acesso em: 15 mar. 2022. Disponível: <https://drive.google.com/file/d/1Qs1cA5CZYrhozBLgs3R6uVEzz2GQ5w8T/view>.

BURAWOY, Michael. **Marxismo sociológico: Quatro Países, Quatro Décadas, Quatro Grandes Transformações e uma Tradição Crítica**. São Paulo: Alameda, 2014.

CALDEIRA, Teresa Pires do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARDOSO, Adauto Lucio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: Maria da Piedade MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; NETO, Vicente Correia Lima (editores). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160718_caracterizacao_tipologia.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto para Discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CORGUI, Fernanda Nascimento. **Urbanização e segregação socioespacial em Bauru (SP): Um estudo de caso sobre a bacia hidrográfica do Córrego da Água Comprida**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

CUNHA, Márcia Maria. **Informalidade urbana e segregação socioespacial em Bauru: o caso do Jardim Niceia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

DAVIS, M. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: **Contragolpes**. Emir Sader (org.). São Paulo: Boitempo, 2006.

GAMBINI, A. C. A. **MOBILIDADE URBANA: Possíveis mediações do trabalho da/o Assistente Social no SUAS**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre, 2019.



IBGE. **Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19.** Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717>.

Acesso em: 20 out. 2021.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação Urbana.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

LOSNAK, Célio José. **Polifonia Urbana: imagens e representações-Bauru 1950-1980.**

Bauru: EDUSC, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar. Do milagre brasileiro à crise econômica.** Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. Para entender a Crise Urbana. **CaderNAU – Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22.** Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/cnau/article/viewFile/5518/3425>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação socioespacial: Alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008. Disponível em:

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108/99>. Acesso em: 2 jan. 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 67-85, Mar. 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2021.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Em dia mundial, ONU – Habitat defende políticas habitacionais e moradias acessíveis, 2017.** Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/em-dia-mundial-onu-habitat-defende-politicas-habitacionais-e-moradias-acessiveis/>. Acesso em: 20 out. 2021.

PASTERNAK, Suzana. D’OTTAVIANO, Camila. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, abr 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cm/a/kCJyFpWtwqqDFkyzYdmvVvC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

PINHEIRO, Gabriela Marques. **As chuvas extremas e suas repercussões no espaço urbano de Bauru/ SP: 1978 a 2008.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SPOSITO, M. E.B; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** São Paulo: Editora UNESP, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana e a Justiça (ou a Justiça do Injusto Espaço Urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 11, n. 44, pp. 341-346, Jul./Set. 2003.